



PARTICIPAÇÃO NA VIDA POLÍTICA: MULHER MOÇAMBICANA COM DESAFIOS

Publicado em 07 março 2016

Visualizações: 4193

APESAR dos avanços significativos da participação da mulher na vida política do país, sobretudo no que diz respeito à sua presença nos órgãos de liderança dos partidos políticos, ainda há desafios a serem superados, segundo constata o “Relatório sobre a Situação das Mulheres e Raparigas em Moçambique 2005-2015”, publicado ontem em Maputo.

O documento aponta ainda desafios na Educação, Saúde, economia e pobreza.

Elaborado pelo Fórum Mulher, o relatório surge como uma ferramenta para medir a implementação da Plataforma de Acção de Beijing - que traçou metas a cumprir para o avanço da mulher até ao ano de 2015, entre outros compromissos assumidos pelo Governo.

De acordo com o documento, o número de mulheres que participam nos processos políticos, sobretudo nos órgãos de tomada de decisão, tem aumentado, desde 1994, tanto na Administração Pública e nos órgãos de decisão política, assim como ao nível dos partidos políticos, com destaque para o poder legislativo, seguido do Executivo.

As estatísticas mostram que de 2005 a 2015, no Governo Central e no Parlamento, a percentagem de mulheres aumentou de 30,3 para 33,3 por cento e de 35,6 para 38,8 por cento, respectivamente. O mesmo cenário foi registado a nível dos governadores e administradores, cuja percentagem aumentou, respectivamente, de 18.1 para 36.4 por cento e de 18.7 para 32.2 por cento.

Todavia, chama atenção para a leitura desse facto, dado que ainda há desafios da participação activa das mulheres na política, devido à forma como o sistema político está estruturado e a percepção que se tem do próprio papel das mulheres num espaço público e de tomada de decisão.



“O sistema político obriga a que muitas vezes as mulheres tenham que primeiro e quase que unicamente responder às questões ligadas aos seus partidos, descurando a agenda das mulheres. Quanto às percepções do papel que as mulheres têm no espaço público, e particularmente na política, as mesmas estão alinhadas ao binário público-privado e corpo-mente, em que se espera das mulheres que se restrinjam ao espaço privado e sejam responsáveis por assegurar o cuidado e as tarefas percebidas como femininas”, analisa.

Devido a esta situação, avança o relatório, muitas vezes as agendas políticas dos partidos políticos não são sensíveis às questões do género, pois resultam de um sistema patriarcal que lhes “oprime”.

“É preciso compreender que, por um lado, o sucesso na integração da mulher em posições de tomada de decisão pode ser resultante das obrigações que o país assume. No entanto, tal pode não se reverter por uma efectiva mudança de comportamento no que tange à mudança nas relações sociais do género”, sublinha o documento.

LENTIDÃO NO COMBATE A MORTES MATERNAS

ENTRETANTO, no que tange à saúde e educação os dados mostram que apesar dos esforços do Governo as mulheres continuam ainda em desvantagem em relação aos homens no acesso à educação assim como se registam ainda desafios na provisão de serviços de saúde à mulher, sobretudo a que vive em zonas rurais.

Para sustentar esta posição o relatório aponta o Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) 2014/2015, que indica desvantagem da mulher em relação aos homens no que concerne ao domínio da leitura e da escrita, ao apresentar uma taxa de analfabetismo em 2014/15 de 57.8 por cento, comparativamente a 30.1 por cento dos homens.

De acordo com a fonte, na provisão de cuidados de saúde, por exemplo, os partos institucionais estão longe de responder às necessidades das mulheres, contribuindo desta forma para que indicadores como a mortalidade materna e infantil tenham um nível de progresso lento. O relatório aponta a educação como sendo um dos problemas ligados à saúde da mulher.



“O Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) mostra que 51 por cento das adolescentes grávidas não possui nenhum nível de escolaridade, contra 26 por cento das adolescentes que alcançaram pelo menos o Ensino Secundário”, destaca.

O documento reconhece esforços levados a cabo pelo Governo para reduzir a mortalidade, contudo aponta que a taxa de mortes maternas continua entre as mais altas do mundo, na ordem de 408/100.000 nascimentos em 2011.

“As principais causas são: os abortos clandestinos, a anemia, a eclâmpsia, a hemorragia, o trabalho de parto obstruído e as infecções puerperais. Cerca de 24 por cento das mortes maternas ocorre entre as mulheres mais jovens, na faixa etária dos 15-19 anos de idade, e 11 por cento das jovens e raparigas com idades entre 15 e 24 anos está infectado por HIV e SIDA, quando comparadas com 3.7 por cento de jovens e rapazes da mesma faixa etária”, sublinha.

Aponta ainda avanços não significativos na provisão de serviços de planeamento familiar, sendo que em 2003 atingiu-se 17 por cento, baixando para 12 por cento em 2011.

Reagindo ao lançamento do relatório, Cidália Chauque, Ministra do Género, Criança e Acção Social, disse que o documento contribui para a reflexão e identificação das acções prioritárias a serem realizadas em prol do desenvolvimento da mulher e da equidade do género no país.

“Somos todos instados a dar a nossa contribuição incondicional de forma coordenada e articulada para o reforço das intervenções visando a emancipação e empoderamento da mulher, como condição para o desenvolvimento de Moçambique”, exortou a ministra.

Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/51316-participacao-na-vida-politica-mulher-mocambicana-com-desafios.html>